Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.v19i3.71388
DEMANDA CONTÍNUA

A ETNOGRAFIA DE REDE E O CAMPO DA PESQUISA EM POLÍTICA CURRICULAR: UM ESTUDO NO CONTEXTO CATARINENSE

NETWORK ETHNOGRAPHY AND THE CURRICULAR POLICY RESEARCH FIELD: A STUDY IN THE STATE OF SANTA CATARINA

ETNOGRAFÍA EN RED Y EL CAMPO DE LA INVESTIGACIÓN SOBRE POLÍTICA CURRICULAR: UN ESTUDIO EN EL CONTEXTO DE SANTA CATARINA

Carin Carvalho Brugnara[1] 0000-0001-7647-3814
Cássia Ferri[2] 0000-0003-2774-9655
Rebeca Amorim[3] 0000-0002-9601-7442

[1] Fundação Universidade Regional de Blumenau – Santa Catarina, Blumenau, Brasil; carin@furb.br
[2] Fundação Universidade Regional de Blumenau – Santa Catarina, Blumenau, Brasil; cferri@furb.br
[3] Fundação Universidade Regional de Blumenau – Santa Catarina, Blumenau, Brasil; rebecaa@furb.br

RESUMO:

As pesquisas em políticas educacionais no Brasil têm ampliado seu campo de investigação sobre redes de governança. Novas ferramentas de investigação vêm sendo observadas, entre elas a etnografia de redes. De natureza qualitativa, neste estudo, buscou-se identificar o uso do conceito de etnografia de rede para a análise de políticas educacionais e curriculares e, também, sistematizar a existência de pesquisas e Grupos de Pesquisa que atuam no contexto do estado de Santa Catarina e utilizam a etnografia de redes para a análise da política curricular do Ensino Médio, a partir da Lei nº 13.415/2017. A produção dos dados valeu-se de levantamento bibliográfico em livros, trabalhos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em artigos do Portal de Periódicos CAPES-CAFe, SciELO, Google Acadêmico e Grupos de Pesquisa do Diretório do CNPq. O recorte temporal compreendeu o período de 2017 a 2023 e mostrou que o contexto de políticas educacionais globais vem mobilizando os estudiosos da área para compreender o modo como atuam as redes de governança, as disputas que tornam determinadas políticas hegemônicas e seus efeitos. Além disso, identificou uma escassa produção de pesquisas que utilizam a etnografia de redes, a emergência de investigações sobre redes de governança que adentram o campo pelas regiões Sudeste e Sul do país, e que não há, até o presente momento, publicações que demonstrem ter utilizado a etnografia de rede como ferramenta de análise da política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina.

Palavras-chave: etnografia de rede; política educacional; política curricular; Currículo Base do Território Catarinense; Ensino Médio.

ABSTRACT:

Research on education policies in Brazil has expanded its field of investigation into governance networks. New research tools have been observed, including network ethnography. Of a qualitative nature, this study sought to identify the use of the concept of network ethnography

RECEBIDO: 04/09/2024 **APROVADO**: 18/05/2025 **PUBLICADO**: 10/08/2026

for the analysis of education and curricular policies and, also, to systematize the existence of research and Research Groups that enact in the context of the state of Santa Catarina, Brazil, and use network ethnography for the analysis of High School curricular policy, based on Law no. 13,415/2017. Data production was based on a bibliographic survey in books, works available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD, acronym in Portuguese), in articles from the CAPES-CAFe Periodicals Portal, SciELO, Google Scholar and Research Groups of the CNPq Directory. The time subtract covered the period from 2017 to 2023 and showed that the context of global education policies has been mobilizing scholars in the area to understand how governance networks operate, the disputes that make certain policies hegemonic and their effects. In addition, it has been identified a limited production of research using network ethnography, the urge of investigations into governance networks in the Southeast and South of Brazil, and the fact that to date there have been no publications showing the use of network ethnography as a tool for analyzing High School curricular policy in Santa Catarina.

Keywords: network ethnography; education policy; curricular policy; Santa Catarina's territory core curriculum; High School.

RESUMEN:

Las investigaciones en políticas educativas en Brasil han ampliado su campo de investigación sobre redes de gobernanza. Nuevas herramientas de investigación vienen siendo observadas, entre ellas, la etnografía en red. De naturaleza cualitativa, en este estudio, se buscó identificar el uso del concepto de etnografía en red para el análisis de políticas educativas y curriculares y, también, sistematizar la existencia de investigaciones y Grupos de Investigación que trabajan en el contexto del estado de Santa Catarina, Brasil, y utilizan la etnografía en red para el análisis de la política curricular de la Educación Secundaria, con base en la Ley nº 13.415/2017. La producción de los datos surgió de un relevamiento bibliográfico de libros, trabajos disponibles en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), artículos del Portal de Revistas CAPES-CAFe, SciELO, *Google Scholar*, y Grupos de Investigación del Directorio del CNPq. El recorte temporal abarcó el período de 2017 a 2023 y mostró que el contexto de políticas educativas globales viene movilizando a los estudiosos del área para comprender el modo como actúan las redes de gobernanza, las disputas que vuelven hegemónicas determinadas políticas y sus efectos. Además, se identificó una escasa producción de investigaciones que utilizan la etnografía en red, la emergencia de investigaciones sobre redes de gobernanza que entren en el campo por las regiones Sudeste y Sur del país, y que no hay publicaciones hasta la fecha que muestren haber utilizado la etnografía en red como herramienta de análisis de la política curricular de la Educación Secundaria de Santa Catarina.

Palabras clave: etnografía en red; política educacional; política curricular; Currículo Base del Territorio Catarinense; Educación Secundaria

Introdução

Com a alteração da política curricular da Educação Básica, decorrente das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e da reforma do Ensino Médio, por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), observa-se, no Brasil, uma crescente emergência de investigações atentas às reformas em curso e à atuação dos agentes envolvidos na produção das políticas educacionais e curriculares. O

interesse no levantamento dos atores[1] que influenciam o conteúdo e a produção das políticas representa uma alteração no campo da pesquisa em políticas educacionais.

Como resultado da percepção de um novo contexto de políticas públicas educacionais, impactadas em seus processos regulatórios por uma nova modalidade de poder público, permeada por diversos atores – públicos, privados e voluntários – locais, regionais, nacionais e transnacionais – na indução, elaboração e condução das políticas públicas, Ball (2020, p. 23) conceitua essas disposições contemporâneas de reformas no setor público como "governança em rede".

Esse cenário põe em curso um crescente movimento, por parte dos pesquisadores em políticas educacionais, em desenvolver novas ferramentas de análise que permitam apreender "[...] o modo como essa realidade é criada, as disputas que tornam determinado projeto aceito e sua articulação com um movimento social mais amplo [...]" (Araujo; Lopes, 2023, p. 10). Como uma opção para isso, Ball (2020, p. 28) propõe o método de análise "etnografia de rede", que busca identificar os efeitos do trabalho em redes e mobilidades, nas políticas educacionais.

Nesse sentido, o presente artigo constitui-se de um estudo realizado sobre a metodologia etnografia de rede (Ball, 2020) e sua presença no campo de estudos da política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina, em especial nas investigações que circundam a reforma do Ensino Médio brasileiro, a partir da Lei nº 13.415/2017.

De natureza qualitativa, a produção dos dados valeu-se de levantamento bibliográfico em livros e artigos que tratam do tema da etnografia de rede para identificar qual seu conceito e quais suas contribuições para a análise de políticas educacionais e curriculares. Esse levantamento ocorreu no período de 2023 a junho de 2024. Além disso, realizou-se um levantamento em trabalhos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos Grupos de Pesquisa (GPs) da área da Educação certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq) e em artigos disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – CAFe, no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no Google Acadêmico (*Google Scholar*).

Com o objetivo de sistematizar a existência de pesquisas e GPs que utilizam a etnografia de rede para análise da política curricular do Ensino Médio do estado de Santa Catarina, a partir da Lei nº 13.415/2017, o recorte temporal para o levantamento delimitou o ano de 2017, ano de

[1] Por ator(es), entenda-se indivíduos, grupos ou organizações que têm a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados de uma política pública (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

aprovação da Lei, e o ano de 2023.

Na continuidade, apresentam-se os resultados desta pesquisa em três seções, a saber: inicialmente, o levantamento sobre o campo da pesquisa em políticas educacionais e a etnografia de rede como uma possibilidade para os atuais desafios do campo. Na sequência, a sistematização do levantamento em teses e dissertações, GPs e artigos sobre a etnografia de rede no campo da pesquisa em política curricular de Santa Catarina, a partir da Lei nº 13.415/2017. Por fim, a partir dos objetivos previstos para este estudo, as considerações finais desse percurso.

O campo da pesquisa em políticas educacionais e novas ferramentas de análise

O campo da pesquisa em políticas educacionais, do qual a pesquisa em políticas curriculares faz parte, emergiu nos anos de 1950, vinculado aos estudos empreendidos pelas Ciências Políticas (Mainardes; Ferreira; Tello, 2011). Proposições para a educação têm sido alvo de exame ao longo de séculos, mas a composição de um campo de estudos circunspeto por análises sistemáticas de políticas educacionais data daquele período.

O termo *policy sciences* foi inserido no universo acadêmico europeu e norte-americano logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de estabelecer os elementos que deveriam, diante do novo contexto, ser estimulados para enfrentar os problemas sociais advindos da vida urbano-industrial (Mainardes; Ferreira; Tello, 2011). Tendo por um dos precursores Harold Lasswell, as *policy sciences* tinham como objetivo gerar conhecimento capaz de formular alternativas para os problemas de seu tempo e representaram um incentivo à formulação de políticas públicas.

No que diz respeito ao Brasil, Stremel (2016) considera que estudos da área da Administração Educacional e da Educação Comparada, dos anos de 1930, foram os precursores do campo da política educacional. Naquele contexto, congregando fundamentos da área da Filosofia e da Administração, os teóricos buscavam respostas para a situação da educação no país e as comparações internacionais.

Não obstante, o termo "política educacional" – ou "políticas educacionais" – começou a surgir em publicações, teses, dissertações, livros e artigos a partir dos anos de 1960 no Brasil. Stremel (2016) avalia que esse período marca a institucionalização do campo tendo por um dos importantes destaques a criação da Associação de Política e Administração da Educação (Anpae), em 1961, e a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Educação (ANPEd), em 1976.

Mainardes, Ferreira e Tello (2011) estimam que foi no final dos anos de 1990 que ocorreu a consolidação e a expansão do campo pelo aumento de linhas de pesquisa e GPs, publicações e eventos sobre o tema. Ademais, "[...] as reformas educacionais iniciadas nos anos de 1990, fomentaram a expansão do campo de estudo em políticas públicas para descortinar as mudanças, a partir do neoliberalismo [...]" (Carrijo, 2021, p. 1216).

Merece realce o esforço de um grupo de investigadores latino-americanos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia e do México por sistematizar as epistemologias subjacentes ao campo de estudos em políticas educacionais intitulado Campo dos Estudos Epistemológicos em Política Educativa (CEPE). As pesquisas desenvolvidas inserem-se nas discussões da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), criada em 2012, com o objetivo de intensificar debates para consolidar referenciais teórico-epistemológicos, em interlocução com a bibliografia internacional.

Levando em consideração o tempo de emergência, pode-se afirmar que o campo de estudos em políticas educacionais é relativamente novo e solidificou-se no Brasil. Observa-se que, nos anos 2000, ante o neoliberalismo, movimentou-se para aprofundar um *corpus* teórico e analítico próprio em busca de compreender como opera o novo contexto de disposições contemporâneas e globais de reformas do setor público.

Ao refletir sobre esse novo cenário, tal como Dale (2004), os pesquisadores do campo foram desafiados a pensar novas bases teórico-analíticas para interpretar as políticas educacionais por compreender que palavras utilizadas no campo "[...] continuam as mesmas, mas, os seus significados mudam" (Dale, 2010, p. 1107). Passou-se a avaliar que tomar o Estado-nação[2] como o principal ator na formação da agenda e produção das políticas públicas educacionais nacionais não correspondia mais à realidade.

O novo contexto alterou a forma como a educação ocorre nos sistemas educacionais nacionais e, por consequência, seus objetivos, conteúdos e efeitos. "O lugar e a força dos Estados nacionais foram amplamente alterados" (Dale, 2010, p. 1108). Na gestão das políticas públicas, incluindo as da educação, percebeu-se o progressivo apagamento das políticas de Estado-nação, alinhando-as cada vez mais aos objetivos globais por atuação de uma rede de governança.

Ball (2013) complexifica a reflexão argumentando que esse apagamento não significa

[2] Por Estado-nação, "[...] compreende-se a sociedade político-territorial formada de uma nação, um território e um Estado. Os Estados-nação são a forma de sociedade político-territorial [...]" (Bresser-Pereira, 2022, p. 1).

"[...] um abandono pelo Estado de sua capacidade de conduzir a política, isso não é um esvaziamento do Estado; antes é uma nova modalidade de poder público, agência e ação social e, na verdade uma nova forma de Estado [...] a realização de fins políticos por diferentes meios" (Ball, 2013, p. 180).

A educação, nesse contexto, "[...] tomada como um dos principais determinantes da competitividade entre países" (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011, p. 47), vem mobilizando governos a estabelecer acordos e aprender com outros governos e organizações o que afirmam funcionar ou não sobre políticas educacionais e curriculares, despertando um crescente interesse na "[...] mobilidade de políticas e no trabalho de e em redes de políticas" (Ball; Mainardes, 2024, p. 12).

Esse alinhamento, que Ball (2020, p. 23) conceitua como "Políticas Educacionais Globais" e Dale (2004) como "Agenda Globalmente Estruturada para Educação (AGEE)", materializa-se em meio ao "[...] desenvolvimento da forma política do neoliberalismo, geralmente chamada de Nova Gestão Pública" (Dale, 2010, p. 1104). A nova forma de se fazer política tem como característica-chave acordos e parcerias, entre atores públicos e privados e em diferentes escalas, para as reformas globais pretendidas em políticas educacionais.

O cenário de "[...] política educacional global, recontextualizada em cada país, de diferentes formas" (Ball; Mainardes, 2024, p. 12), vem mobilizando pesquisadores a desenvolver novas ferramentas de análise. Ball (2020, p. 28) apresenta a **etnografia de rede**, uma metodologia descrita na obra Educação Global S.A., como uma nova alternativa de "pensar e de fazer pesquisa" (Ball, 2020, p. 19).

Na referida obra, o que Ball (2020, p. 11) propõe é "[...] um método [...] ajustado ao contexto atual de política educacional global" envolvida em processos de mudança nas formas e modalidades de Estado, governança em rede e mobilidade de políticas educacionais. Uma possibilidade de leitura de um novo contexto complexo, mutável e não-linear, no qual o global e o local estão interligados e reciprocamente interpenetrados, em cenário de globalização do capital.

Os processos de influência, produção e atuação em políticas, o que o analista de políticas educacionais busca descrever, movimentam-se rapidamente e desatualizam-se do mesmo modo. Para Ball, essa é a "natureza da fera" e o grande desafio posto (Ball, 2020, p. 12). "Apesar de toda conversa sobre globalização [...] e gestos em direção a novas formas de governança" (Ball, 2020, p. 11), a maioria das análises se depara com dificuldades para olhar a política para além de uma perspectiva estadocêntrica e mais assertiva sobre suas condições na atualidade.

Esse argumento encontra complemento no utilizado por Robertson e Dale (2011) quando recomendam aos pesquisadores estarem atentos à natureza modificada, pelo neoliberalismo e pela globalização, na forma e no conteúdo do Estado, do Estado-nação, da Educação e do Espaço. É necessário compreender que esse conjunto de categorias não possui o mesmo significado nem opera do mesmo jeito em todos os contextos.

A Educação está mudando de tal modo que os pressupostos e as ferramentas de análise precisam ser ajustados para que se possa interpretar, adequadamente, as atuais políticas educacionais orientadas por influências, pautas e sistemas globais, que interpenetram os âmbitos nacionais, regionais e locais, de forma multicêntrica.

A etnografia de rede

A rede de atores em políticas compõe uma rede social que Ball (2020) conceitua como rede política. Por meio dela, emergem e transitam atores, influências e discursos, em modalidades colaborativas, que adentram os discursos das políticas de Estado-nação de modo fluído, múltiplo, difuso e causam efeitos. Nas redes políticas, os interesses são, marcadamente, políticos e econômicos.

É importante esclarecer que, por rede social, nesse caso, não se entende plataformas de comunicação virtual, como *Facebook, Instagram ou WhatsApp*. Por rede social, entende-se o conjunto de pessoas, organizações, grupos ou comunidades (atores) que se encontram ligados por relacionamentos de cooperação, partilha, amizade, entre outros tipos de relacionamentos (Fialho, 2020a).

As redes sociais são consideradas um campo de interesse dos cientistas sociais, designados como analistas de redes sociais. A análise de redes sociais (ARS) é uma abordagem que tem como objetivo "[...] compreender a estrutura das relações sociais [...] para decodificar a estrutura social" (Fialho, 2020b, p. 109-110) e "[...] explicar os fenômenos em estudo" (Fialho, 2020b, p. 117).

Ball (2020), a partir da ARS, optou pela metodologia que conceituou como etnografia de rede para a análise das políticas educacionais. Em busca de sanar o problema do viés mais abrangente da ARS, a etnografia de rede concentra-se em identificar, especificamente, as relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos em políticas.

Ball (2020, p. 28) acrescenta, ainda, o termo "etnografia" para dar ênfase ao "[...] mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular" – nesse caso, da comunidade das redes políticas em governança. Esse lugar concentra-se em identificar

os atores envolvidos em contexto de governança para, a partir disso, realizar uma leitura de como a política vem sendo feita, as direções para as quais aponta, os impactos previstos e as possibilidades em aberto.

Com o objetivo de apresentar uma resposta para os atuais desafios, Ball (2020) sugere as seguintes etapas para uma etnografia de rede: "[...] buscas extensas e exaustivas na internet sobre negócios em educação [...]; entrevistas com algumas pessoas-chave dos negócios em educação [...]; e o uso dessas buscas e dessas entrevistas para a construção das 'redes políticas' [...] sujeitas à análise detalhada" (Ball, 2020, p. 27-28).

Em Fialho (2020b), na obra *Redes Sociais: como compreendê-las – uma introdução à análise de redes sociais*, encontra-se uma interessante discussão sobre a forma de apresentar a rede de governança, por meio de grafos, que são imagens que apresentam os atores e os vínculos que estabelecem.

Com interesse na política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina, realizou-se um levantamento sobre a existência de pesquisas que utilizam a etnografia de rede para a sua análise. O recorte temporal compreendeu o ano de aprovação do Novo Ensino Médio (NEM), estabelecido pela Lei n° 13.415/2017, até o ano de 2023. Seguem, na continuidade, os resultados da pesquisa.

A etnografia de rede no campo da pesquisa em política curricular de Santa Catarina

A Secretaria de Estado da Educação (SED) de Santa Catarina possui uma história curricular de 30 anos, marcada por um trabalho curricular coletivo e propositivo. Considerada, pelos educadores, "patrimônio histórico da rede" (Thiesen, 2021, p. 6), a primeira versão da Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) foi publicada em 1991 e, a última, em 2014. Para atender à Lei nº 13.415/2017, a PCSC foi alterada e uma nova versão foi publicada em 2021, intitulada "Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense".

Tal como Thiesen (2021, p. 6), considera-se que a PCSC "[...] não sem contradições e limites teóricos-metodológicos, representa o que há de mais original na constituição histórica da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina". Seu percurso histórico, caracterizado por movimentos de reflexão contínuos, a partir de referenciais curriculares críticos, tem por atributo referência nacional de sucesso em construção curricular.

Com objetivo de sistematizar a existência de pesquisas que nomeiam a etnografia de rede para a análise da política curricular do Ensino Médio do estado de Santa Catarina, a partir

da Lei nº 13.415/2017, realizou-se um levantamento em trabalhos disponíveis na BDTD.

Além disso, com o objetivo de melhor circundar o campo, realizou-se um levantamento nos GPs da área da Educação, certificados no DGP/CNPq, e em artigos disponíveis no Portal de Periódicos CAPES-CAFe, SciELO e *Google Scholar*.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): achados de pesquisa

Para o levantamento na BDTD, foram aplicados descritores que possibilitassem o mapeamento pretendido, a saber: etnografia de rede, redes de influência, redes de governança, empresariamento e atuação de atores, todos acompanhados dos complementos, do/no Ensino Médio ou do/no Ensino Médio de Santa Catarina.

Foram encontrados 621 trabalhos, dos quais dez foram selecionados por possuírem vínculo com os objetivos previstos por este estudo. No Quadro 1, estão dispostos os descritores e os trabalhos selecionados. Os descritores acompanhados do complemento "do/no Ensino Médio de Santa Catarina" não apresentaram trabalhos vinculados aos objetivos previstos para esse levantamento.

Quadro 1 – Descritores e trabalhos selecionados

Palavra-chave	Trabalhos encontrados	Dissertações selecionadas	Teses selecionadas	Possuem relação com a pesquisa	Dissertações que possuem relação com a pesquisa	Teses que possuem relação com a pesquisa
Etnografia de redes políticas do Ensino Médio	24	15	9	1	1	-
Redes de influência no Ensino Médio	421	304	117	4	1	3
Redes de governança do Ensino Médio	21	13	8	1	1	-
Empresariamento no Ensino Médio	61	39	22	3	1	2
Atuação de atores no Ensino Médio	24	14	10	1	-	1

Fonte: Autoria própria (2024).

O levantamento possibilitou identificar que não há, até o presente momento, pesquisas que nomeiem a etnografia de rede do Currículo Base do Ensino Médio do Território

Catarinense. Dos trabalhos analisados, quatro investigaram a política curricular nacional da Educação Básica; três, a política curricular nacional do Ensino Médio; dois, a política curricular do Ensino Médio do estado do Rio Grande do Sul e da Bahia; e um, a política curricular da Educação Básica de Mato Grosso. Apesar do resultado, a análise dos trabalhos foi mantida tendo em vista o interesse pelo campo da pesquisa em políticas educacionais, em contexto de governança.

No que diz respeito às lentes teóricas, cinco trabalhos declararam uso de aportes teóricos do materialismo histórico-dialético, e cinco declararam uso de aportes teóricos pós-estruturalistas ou pluralistas. Sobre a metodologia, seis pesquisas mencionaram o uso da etnografia de redes políticas; uma, a pesquisa bibliográfica e documental; uma, a ARS; uma, o ciclo de políticas; e uma, a cartografia de controvérsia, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Trabalhos selecionados, título, tipologia, universidade e ano

Metodologia	Título da pesquisa	Tipologia	Universidade	Ano
Etnografia de redes	*A rede de governança do Conselho Estadual de Educação da Bahia: os agentes políticos e atuações na construção das diretrizes de implementação da Base Nacional Comum Curricular*	Dissertação	Universidade Regional de Blumenau	2022
	O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2020
	Manipulação em campanhas publicitárias na educação? Uma análise semiolinguística do discurso para o caso da BNCC e reforma do Ensino Médio	Tese	Universidade do Rio Grande do Norte	2020
	Redes de influência em Mato Grosso – o estado e as parcerias público-privadas e a reconfiguração da política educacional da rede estadual de ensino	Tese	Universidade Federal de Pelotas	2019
	Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação	Tese	Universidade Estadual de Campinas	2019
	Redes empresariais na política educacional: os casos do Brasil e da Colômbia	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2017
Bibliográfica e documental	*"Onde tem base, tem movimento" empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos pela Base nas redes públicas estaduais da região Sudeste*	Dissertação	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	2021
ARS	*O TAO do Prelac e as recomendações para políticas educacionais de Ensino Médio integrado à educação profissional e tecnológica - 2002 a 2017*	Tese	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2021

Continua

Quadro 2 – Trabalhos selecionados, título, tipologia, universidade e ano (continuação)

Ciclo de política	*Atuação do "Novo Ensino Médio" no contexto educacional estadual do Rio Grande do Sul: o currículo nos contextos de produção de texto e de prática*	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2023
Cartografia de controvérsia	*Redes sociais da internet e políticas públicas educacionais: influências recíprocas*	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2021

Fonte: Autoria própria (2024).

As pesquisas que utilizaram a "etnografia de redes" realizaram o mapeamento dos atores envolvidos na produção da política educacional, bem como seu modo de atuação em torno das reformas. A pesquisa que fez uso do método "bibliográfico e documental" analisou a atuação do setor privado em relação às políticas educacionais, indicando os principais grupos privados e mecanismos de hegemonia na construção e significação dos currículos em contexto atual.

A pesquisa que optou pela ARS apresentou os atores internacionais e o alinhamento do NEM e da BNCC às recomendações de organismos internacionais. O estudo que nomeou o "Ciclo de Políticas" analisou os processos de interpretação e tradução da Lei n° 13.415/2017, na produção do referencial curricular do Ensino Médio de seu estado e na prática curricular de professores, em uma escola da rede pública estadual.

A pesquisa que declarou "cartografia de controvérsia" analisou a influência das redes sociais da internet sobre a formulação das políticas públicas educacionais do Ensino Médio nacional. Com base em publicações de internet, foram mapeados os principais atores (pessoas ou grupos) que trataram do tema da reforma do Ensino Médio, compondo um diagrama ator-rede. Os dados levantados permitem identificar, apesar da escassez, a emergência de pesquisas em educação que nomeiam a metodologia "etnografia de rede" e um crescente interesse pelo mapeamento de atores para a análise de políticas educacionais.

Grupos de Pesquisa: o mapeamento de atores

O levantamento no DGP/CNPq objetivou identificar, na descrição, linhas de pesquisa e palavras-chave, a ocorrência da "etnografia de rede" nas análises da política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina. Para o levantamento, foram aplicados descritores que possibilitassem identificar os GPs em políticas educacionais e curriculares do Ensino Médio, em aproximação com o mapeamento pretendido, a saber: ensino médio; política curricular; currículo; política educacional; empresariamento; governança; etnografia de rede.

Foram encontrados 1.490 GPs, dos quais foram selecionados 38 por possuírem vínculo com os objetivos previstos por este estudo: a sistematização da existência de pesquisas e GPs que nomeiam a etnografia de redes para a análise da política curricular do Ensino Médio do estado de Santa Catarina, a partir da Lei nº 13.415/2017. O Quadro 3, a seguir, apresenta o levantamento realizado e os GPs selecionados.

Quadro 3 – Levantamento dos Grupos de Pesquisa

Descritores	Grupos de Pesquisa	Nomeia mapeamento de atores	Nomeia o interesse pela Política Curricular de Santa Catarina
Currículo	846	4	-
Política Educacional	451	28	-
Ensino Médio	97	1	1
Política Curricular	78	2	-
Governança	16	1	-
Empresariamento	2	2	-
Etnografia de Rede	-	-	-
Total	1.490	38	1

Fonte: Autoria própria (2024).

O levantamento mostrou que não há, até o presente momento, GPs que identifiquem, especificamente, o uso da etnografia de rede para análise de política educacional e curricular do Ensino Médio. Dos 38 grupos selecionados, observou-se que a maior incidência de mapeamento de atores parte das regiões Sudeste e Sul, permitindo estimar que essa abordagem se dissemina dessas regiões para as demais do país, como mostra o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Grupos de Pesquisa que nomeiam mapeamento de atores

N.	Região	Universidade	Grupo de Pesquisa
1	Norte 1	Universidade Federal do Amazonas	Grupo de Pesquisa em Sociologia Política da Educação
2	Nordeste 4	Universidade Federal do Maranhão	Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana
3		Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersetorial
4		Universidade Federal de Campina Grande	Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional
5		Universidade Federal da Bahia	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais
6	Centro-Oeste 5	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Políticas Educacionais e Gestão Escolar
7		Universidade do Estado de Mato Grosso	Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Política e Gestão Educacional
8		Universidade do Estado de Mato Grosso	Juventude, Cultura e Políticas Públicas
9		Universidade de Brasília	ÁGUIA: Grupo de Estudos e pesquisa sobre organismos internacionais, política e gestão da Educação Básica
10		Universidade de Brasília	Estudos sobre a Mundialização da Educação

Continua

Quadro 4 – Grupos de Pesquisa que nomeiam mapeamento de atores (continuação)

11	Sudeste 13	Universidade Federal de Ouro Preto	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação
12		Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Giros Curriculares: cultura e diferença
13		Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Políticas de currículo e cultura
14		Universidade Católica de Petrópolis	Política, Avaliação e Gestão da Educação
15		Universidade Estácio de Sá	Políticas Públicas Educacionais como Prática Discursiva: uma análise dos agentes e embates envolvidos no processo histórico de formulação e reforma da legislação educacional brasileira e seus impactos
16		Universidade Estadual de Campinas	Rede EMpesquisa - Ensino Médio em Pesquisa
17		Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Grupo de Educação e Pesquisa em Justiça Curricular
18		Universidade Estadual de Campinas	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade
19		Universidade Federal de São Paulo	Os Organismos Internacionais e as Políticas em Educação no Brasil
20		Universidade Estadual de Campinas	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional
21		Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
22		Universidade de São Paulo	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
23		Universidade Estadual de Campinas	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
24	Sul 15	Universidade Estadual de Maringá	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação
25		Universidade Estadual do Centro-Oeste	Estado, Políticas e Gestão em Educação
26		Universidade Estadual de Londrina	Grupo de Pesquisa Educação, Estado Ampliado e Hegemonias
27		Fundação Universidade Regional de Blumenau	Políticas Públicas de Currículo e Avaliação
28		Universidade Federal de Santa Catarina	Grupo de Estudos de Política Educacional e Trabalho
29		Universidade Federal de Pelotas	Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente
30		Universidade Federal de Pelotas	Gestão, Currículo e Políticas Educativas
31		Universidade Estadual de Ponta Grossa	Políticas Educacionais e Práticas Educativas
32		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia da Educação
33		Universidade Federal de Pelotas	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais
34		Universidade Federal de Pelotas	Grupo de Estudos em Política e Gestão Educacional
35		Universidade Federal do Rio Grande	Grupo de Estudos em Políticas Educacionais
36		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Estado e Políticas Públicas de Educação Básica

Continua

Quadro 4 – Grupos de Pesquisa que nomeiam mapeamento de atores (continuação)

37		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação
38		Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Grupo de Pesquisa em Educação: Políticas Públicas e Gestão

Fonte: Autoria própria (2024).

No que diz respeito ao interesse específico pela política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina, observou-se a ocorrência de um grupo de pesquisa interinstitucional que se dedica ao monitoramento das propostas e dos programas curriculares em vigência nas redes públicas e privadas de Santa Catarina. Intitulado "Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina" (OEMESC), congrega as seguintes universidades: FURB, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), UFSC, Universidade da Região de Joinville (Univille), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade do Extremo Sul Catarina (Unesc), Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e o Instituto Federal Catarinense (IFC). Em sua descrição, não demarca a opção por uma abordagem metodológica ou o mapeamento de atores.

A pesquisa envolveu também o levantamento das palavras-chave descritas nas linhas de pesquisa e que representam os temas aglutinadores dos estudos científicos dos 38 grupos que nomeiam o mapeamento de atores. A Figura 1, a seguir, traz as palavras-chave descritas, com destaque para as de maior incidência.

Figura 1 – Palavras-chave que representam os temas de estudo



Fonte: Autoria própria (2024).

O mapeamento possibilitou identificar que o estudo das **políticas educacionais** se consolidou no campo da pesquisa em educação. Ao consultar a base do CNPq, a partir desse descritor, encontrou-se uma quantidade significativa de grupos, dentre eles, observou-se que 28 demarcam interesse pelo mapeamento de atores, o que corresponde a 6% do universo.

As palavras-chave **Estado** e **políticas públicas** permitiram cogitar, neste levantamento e a partir dos descritores e do período delimitado, o interesse do campo nas dimensões política e de decisão política que envolvem as políticas educacionais. A partir das contribuições de Tello (2024), compreende-se que o objeto de estudo se constrói a partir de uma episteme de época. Essas palavras mobilizaram a reflexão sobre uma aproximação conceitual do campo de estudos, em contexto atual, com as "[...] decisões (do político, do fato político) no âmbito educacional" (Tello, 2024, p. 272). Nessa reflexão, Tello (2024) situa o campo de estudo das políticas educacionais em movimentos horizontais, permeados por contínuos de decisões políticas e lutas de poder. As análises podem se aprofundar no exame dessas decisões e seus processos mais sutis.

As demais palavras-chave possibilitaram identificar a presente compreensão de um novo contexto, de mudanças sociais, que vem sendo considerado no campo de estudos em políticas educacionais: de reformas, de novos atores, de parcerias, de privatização, de políticas globais, de efeitos na Educação Básica, na docência e na democracia.

Portal de periódicos: CAFe, SciELO, *Google Scholar*

O levantamento dos artigos, com o objetivo de identificar a ocorrência de publicações de etnografia de rede da política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina, ocorreu nos repositórios Portal de Periódicos CAPES-CAFe, SciELO e *Google Scholar*.

Como descritores, de modo agrupado e em busca avançada, foram utilizados: política educacional; política curricular; ensino médio; rede de governança; etnografia de rede; Santa Catarina. Nessa composição, não foram localizados artigos; assim sendo, novas tentativas foram realizadas, localizando-os com os descritores: política curricular; ensino médio; Santa Catarina. O Quadro 5 mostra os resultados.

Quadro 5 – Repositório e artigos encontrados

Repositório	Artigos localizados	Selecionados para leitura	Catalogados por possuir relação com o objetivo deste estudo
CAPES-CAFe	76	7	2

Continua

Quadro 5 – Repositório e artigos encontrados (continuação)

Google Scholar	657	5	-
SciELO	-	-	-

Fonte: Autoria própria (2024).

A pesquisa não identificou artigos que atendessem aos objetivos; entretanto, dois foram catalogados por apresentar uma análise dos primeiros passos da reforma do Ensino Médio em Santa Catarina, iniciado em 2020, com 120 escolas piloto, e apontar os atores envolvidos nessa implementação. O Quadro 6 apresenta esses artigos.

Quadro 6 – Artigos selecionados para estudo

Repositório	Título	Autores	Referência
CAFe	*A Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado*	Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva, Tatiane Aparecida Martini e Tamiris Possamai	Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 58-81, maio/ago. 2021.
CAFe	*A reforma do Ensino Médio em escolas de assentamentos em Santa Catarina: contexto, estranhamentos e ressignificações*	Willian Simões, Edilaine Aparecida Vieira, Juliano André Deotti da Silva e Agnaldo Cordeiro	Revista Brasileira do Ensino Médio, Ipojuca, v. 4, p. 64-85, 2021.

Fonte: Autoria própria (2024).

O primeiro artigo, a partir de pesquisa documental e bibliográfica, descreve que a primeira etapa da implementação envolveu a adesão da SED/SC ao Programa de Apoio ao NEM, a composição de equipes gestoras, 120 escolas piloto e a parceria técnica estabelecida com o Instituto Iungo para a elaboração das unidades curriculares eletivas (Silva; Martini; Possamai, 2021). As autoras destacam que o Instituto Iungo é mantido pelo Movimento Bem Maior e o Instituto MRV, que compõem a rede de mantenedores do Todos Pela Educação.

Além do Instituto Iungo, Silva, Martini e Possamai (2021, p. 58) apresentam a influência de outros atores nos eventos e nas formações oferecidas às equipes gestoras e professores das escolas pilotos vinculados: ao Instituto Ayrton Senna; ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); à UFSC; à FURB; à Universidade do Vale do Itajaí (Univali); ao GetEdu; à Nova Escola; à Fundação Lemann; ao Instituto Península; ao *Clayton Christensen Institute*; ao Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB); à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); ao *Handicap International*; e ao Serviço Social da Indústria (Sesi).

Em uma reflexão sobre o contexto de influência que envolveu a implementação nas escolas piloto, Silva, Martini e Possamai (2021, p. 58) descrevem uma forte ênfase na parte flexível do currículo e que as ações desenvolvidas "[...] pela Secretaria de Estado da Educação

para a implementação dessa reforma estão atravessadas pelos interesses do empresariado. Tais interesses se materializam na formação dos estudantes, por meio da estruturação curricular, e na formação e trabalho dos docentes".

O segundo artigo, de Simões, Vieira, Silva e Cordeiro (2021), a partir da análise de documentos e de pesquisa narrativa, apresenta os aspectos contextuais da reforma em Santa Catarina, os atores envolvidos e a experiência dos professores de uma escola piloto, de assentamento rural. Ao tecer os aspectos contextuais da reforma, os autores avaliaram que, em Santa Catarina, se materializou um território-rede de influência-empreendimentos composto pelo setor público, iniciativa privada e setor filantrópico, que mobilizou o "[...] redesenho da oferta deste nível de ensino" (Simões; Vieira; Silva; Cordeiro, 2021, p. 65).

Como atores públicos, no percurso inicial, Simões, Vieira, Silva e Cordeiro (2021) apresentam o secretário da educação de Santa Catarina, as equipes técnicas da implantação, tanto da SED/SC como das escolas piloto e, como atores públicos de direitos privados, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Federação Catarinense de Municípios (Fecam). Como agentes privados filantrópicos, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura e o Instituto Iungo; e, como agentes da sociedade civil sem fins lucrativos, o Sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Sistema ACAFE) e o Movimento Santa Catarina pela Educação composto pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

No que diz respeito à escola de assentamento, em uma análise da política em contexto de atuação (Ball; Maguire; Braun, 2021), Simões Vieira, Silva e Cordeiro (2021) apontam que os estudos permitiram

> [...] observar que o movimento de adesão e a realização de ações não ocorreram sem questionamentos e problematizações. Veremos que, indícios, apontam resistências que tem oportunizado abrir caminhos de ressignificação sobre alguns aspectos no espaço da escola, em defesa de um legado educacional e político-pedagógico ancorado nos pressupostos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as lutas por ensino médio nas áreas de reforma agrária em Santa Catarina (Simões; Vieira; Silva; Cordeiro, 2021, p. 68).

A narrativa dos docentes possibilitou identificar resistência com a falta de informação sobre o percurso formativo completo, utilizando, por exemplo, a ausência das matrizes

curriculares dos três anos de curso. Além disso, a concepção de educação, em especial, de protagonismo juvenil, cidadania e trabalho foi se mostrando distinta da presente no projeto pedagógico marcada por fundamento nas pedagogias popular e freireana.

O levantamento permitiu identificar que os artigos selecionados, embora não identifiquem a metodologia etnografia de redes, acompanham o movimento de emergência, no campo das pesquisas em políticas educacionais, do mapeamento dos atores envolvidos em contextos de influência, produção e atuação, para a sua análise em contexto atual.

Considerações finais

A partir do objetivo previsto para o levantamento, dos descritores utilizados e do período delimitado, este estudo mostrou que não há pesquisas, até o momento, que utilizaram a etnografia de redes para a análise da política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina, a partir da Lei n° 13.415/2017. O que se observou foi um pequeno volume de teses e dissertações em educação que nomearam a etnografia de redes, tendo por apontamento a análise das políticas educacionais em um contexto educacional novo: global, neoliberal, de mobilidade e de governança em rede.

O estudo sobre a etnografia de rede permitiu qualificar que essa metodologia coloca luz sobre a "[...] participação de novos atores na arena da política educacional e a concomitante globalização das políticas públicas" (Avelar; Ball, 2024, p. 21). A análise das relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos em políticas demonstra o empenho dos analistas em políticas educacionais por apresentar uma resposta aos atuais desafios deste campo: olhar a política para além de uma perspectiva estadocêntrica e mais assertiva sobre suas condições na atualidade.

Com o mapeamento na BDTD, foram identificados 621 trabalhos, dos quais seis nomearam como metodologia a etnografia de redes. Um pequeno universo que adentra o campo das pesquisas e demarca, por interesses comuns, o mapeamento da rede de governança em torno das reformas em políticas curriculares. Sua contribuição aponta para o movimento presente, no campo da Educação, de influências advindas dos setores privados e organismos internacionais por políticas hegemônicas, bem como de alteração na gestão pública e no Estado por uma Nova Gestão Pública.

No levantamento dos GPs, observou-se a emergência acentuada de investigações sobre a rede de governança nas regiões Sudeste e Sul, 28 de um total de 38, permitindo estimar que essa abordagem se dissemina dessas regiões para as demais do país. Além disso, identificou-se

que o estudo das políticas educacionais se consolidou como campo de pesquisa em educação e que, a partir desse descritor, 6% do universo demarcou o interesse pelo mapeamento de atores para a leitura das políticas educacionais.

A pesquisa em artigos apresentou a ausência de publicações de etnografia de rede da política curricular do Ensino Médio de Santa Catarina, a partir da Lei 13.415/2017. Optou-se, assim, por catalogar dois artigos que apresentaram uma análise dos primeiros passos da reforma do Ensino Médio em Santa Catarina e apontaram os atores envolvidos nessa implementação. O estudo permitiu identificar que os dois artigos catalogados acompanham o movimento de emergência, no campo das pesquisas em políticas educacionais, do imperioso mapeamento da rede de governança e decisões que envolvem as políticas para uma leitura mais atenta da mobilidade intensa, complexa e difusa de atores, interesses e objetivos que adentram as políticas educacionais e causam efeitos.

Referências

ARAUJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. Redes políticas na educação brasileira: o caso da Base Nacional Comum Curricular. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [*S. l.*], v. 31, n. 122, p. 1-22, nov. 2023. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/8233/3254. Acesso em: 20 maio 2024.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen John. Etnografia de rede: mudança de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança educacional. *In*: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). **Pesquisa em Políticas Educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024. p. 19-45.

BALL, Stephen John. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020.

BALL, Stephen John. Novos estados, nova governança e a nova política educacional. *In*: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen; GANDIN, Luís Armando Gandin (org.). **Sociologia da Educação**: análise internacional. Tradução: Cristina Monteiro. Porto Alegre: Editora Penso, 2013. p. 177-189.

BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Anette. **Como as escolas fazem política**: atuação em escolas secundárias. Tradução: Janete Bridon. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson. Apresentação: tendências atuais dos estudos em políticas educacionais. *In*: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). **Pesquisa em Políticas Educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024. p. 11-15.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis Nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20

de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teorias do Estado e a Teoria Novo-Desenvolvimentista. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 1-37, jan. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/y4BRKvVxz88PkXDzd6WxWqD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2023.

CARRIJO, Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa. Pesquisa em política educacional e a abordagem do Ciclo de Políticas: a importância da vigilância epistemológica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1213-1228, set./dez. 2021. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/61260/32652. Acesso em: 18 jun. 2022.

DALE, Roger. A Sociologia da Educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/J46YWTNSF73jLJqJnLPRL4H/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 nov. 2022.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 jan. 2023.

FIALHO, Joaquim. A sociedade das redes. *In*: FIALHO, Joaquim (org.). **Redes sociais**: como compreendê-las – uma introdução à análise de redes sociais. Lisboa: Edições Sílabo, 2020a. p. 21-32.

FIALHO, Joaquim. Pressupostos para uma análise de redes sociais: conceitos e elementos-chave para o desenvolvimento da análise. *In*: FIALHO, Joaquim (org.). **Redes sociais**: como compreendê-las – uma introdução à análise de redes sociais. Lisboa: Edições Sílabo, 2020b. p. 109-133.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. *In*: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

ROBERTSON, Susan; DALE, Roger. Pesquisar a Educação em uma era globalizante. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 347-363, maio/ago. 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/20647/12919. Acesso em: 10 nov. 2022.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Cecília Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MARTINI, Tatiane Aparecida; POSSAMAI, Tamiris. A reforma do ensino médio em Santa Catarina: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 58-81, maio/ago. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47398/29243. Acesso em: 21 out. 2023.

SIMÕES, Willian; VIEIRA, Edilaine Aparecida; SILVA, Juliano André Deotti da; CORDEIRO, Agnaldo Cordeiro. A reforma do ensino médio em escolas de assentamentos em Santa Catarina: contexto, estranhamentos e ressignificações. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, Ipojuca, v. 4, p. 64-85, 2021. Disponível em: https://zenodo.org/records/5295181. Acesso em: 13 mai. 2024.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

TELLO, César. O Estado é o objeto de estudo da política educacional? Contextualizações histórico-espistemológicas. *In*: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). **Pesquisa em Políticas Educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024. p. 252-290.

THIESEN, Juares da Silva. Currículo Base do Território Catarinense: tendência ao apagamento da proposta curricular de Santa Catarina considerada patrimônio dos educadores. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, Ipojuca, v. 4, p. 4-13, ago. 2021. Disponível em: https://zenodo.org/records/5294579. Acesso em: 16 abr. 2024.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Carin Carvalho Brugnara. Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau. Doutoranda em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1394031599123989

Cássia Ferri. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5382776332548256

Rebeca Amorim. Doutora em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau. Professora da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3344171417933648

Como citar

BRUGNARA, Carin Carvalho; FERRI, Cássia; AMORIM, Rebeca. A etnografia de rede e o campo da pesquisa em política curricular: um estudo no contexto catarinense. **Revista Espaço do Currículo**, v. 19, n. 3, e71388, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i3.71388.